



A INFLUÊNCIA DAS SUCROALCOOLEIRAS NA REDE URBANA DAS PEQUENAS LOCALIDADES CENTRAIS: OS MICRO MUNICÍPIOS PARANAENSES¹

RIBEIRO, Stallone dos Santos²

RESUMO

Ao abordar o processo de ocupação e povoamento paranaense é imprescindível a consideração de seu contexto histórico, social e econômico, pois é produzido pela sociedade que ali viveu e vive, assim como qualquer espaço geográfico. Desta forma, apresenta-se a seguir um resgate histórico, econômico e social do Paraná para dar sentido e entendimento a atual conjuntura espacial da rede urbana paranaense em especial aos micro municípios. Estes são caracterizados por população absoluta menor que três mil habitantes; baixa densidade demográfica; pequena oferta de serviços básicos; e esvaziamento demográfico contínuo e fruto da crise cafeeira, êxodo rural e expansão das sucroalcooleiras latifundiárias e monocultoras

Palavras-chave: Redes Geográficas; Micro Municípios; Sucroalcooleiras; Sistema Urbano

(Espanhol)

Al abordar el proceso de ocupación y los asentamientos del Paraná es fundamental tener en cuenta el contexto histórico, el social y el económica, ya que es producida por la sociedad que vivía allí, así como in cualquier espacio geográfico. Por lo tanto, presentamos a continuación un rescate histórico, económico y social del Paraná para dar sentido y comprensión de la situación actual de la red urbana del Paraná especialmente a los micro condados, estos se caracterizan por la población total de menos de tres mil habitantes, escasamente densidad demográfica; pequeña provisión de servicios básicos, y el vaciamiento demográfico continuo y fruto de la crisis del café, de la migración rural y la expansión de los monocultivos de caña de azúcar y el gran terrateniente

Palabras clave: Redes Geográfica; Micro Condados; Industrias de Azúcar y Alcohol; Sistema Urbano

¹ EIXO TEMÁTICO: Rede Urbana

² Profº Rede Estadual - SEED PR – NRE Cianorte – staribeiro@yahoo.com.br – STALLONE S. R.



1. INTRODUÇÃO

Muito se diz sobre redes geográficas e de um modo geral se percebem-nas como produtos derivados do desenvolvimento do capitalismo. Contudo, as redes geográficas antecedem o capitalismo de modo que sua origem remonta a séculos antes do mercantilismo.

A exemplo temos o Império Romano que apesar de não ser capitalista, construiu uma extensa rede geográfica. Com base escravocrata e expansionista, criou espaços urbanos por toda a Europa através de suas legiões. Construiu estradas e ligou todas as cidades entre si, aproveitando as que já existiam e criando novas. O Império Romano foi a primeira rede geográfica muito bem estruturada e interligada.

Com o capitalismo, as redes passam a se basear na produção de mais-valia, ou seja, do lucro efetivado pela acumulação de capital excedente multiplicado por trabalhadores. Passou-se então da produção para consumo e subsistência para o consumo em massa utilizando transportes, distribuição, comércio, estradas, correios, trabalho e consumo. Altera-se assim a Divisão Social do Trabalho (DST) e a Divisão Internacional do Trabalho (DIT) onde a DST é o lugar em que o indivíduo ocupa pelo tipo de trabalho que exerce (profissão) e a DIT é determinada pelo tipo de trabalho que se executa, seja fornecedor de matérias-primas ou local de produção e consumo de produtos industrializados. A determinação da DST e da DIT de um local depende de fatores naturais, sociais e históricos, pois ambas são dinâmicas assim como a sociedade que as constroem e as executam.

Deste modo, com o passar dos anos, as redes geográficas tornam-se cada vez mais complexas e tecnicizadas, pois todas as redes fixas e imateriais se realizam na mais complexa das redes, a rede urbana. A exemplo, as grandes corporações que tem sede nas metrópoles globais, tem ações e influência planetária e, assim, podem alterar, por suas influências, a rede urbana de suas áreas de interesse, confirmando a premissa de Trotski (2000) de que no capitalismo o desenvolvimento é desigual e combinado. Deste modo, estudar as redes em suas formas, funções e processos permite-nos entender o espaço e sua organização, produção e reprodução (CARLOS, SOUZA, SPOSITO et al, 2011), pois as redes globais criadas pelas grandes corporações podem alterar a forma e função de redes locais em qualquer parte do mundo.

As redes são materialidades da sociedade, possuem uma dimensão física com elementos técnicos como ferrovias, estradas e aeroportos e não resultam de decisões



individuais e sim de vontades coletivas, por isso são materialidades sociais. As redes geográficas não são apenas formas, pois toda rede é materialidade social, mas nem toda rede social é uma rede geográfica, como no caso de parentes ou amizades. Em igual estado uma bacia hidrográfica só se constituirá como rede geográfica quando for utilizada pelos homens para realizar fluxos de capital e/ou informações ou ser objeto de sua apropriação para obtenção de capital. Portanto, as redes são formas, produtos e condições sociais, pois se constroem e se efetivam do processo de desenvolvimento social, não por ciclo de fenômenos naturais como clima ou hidrografia.

Uma rede pode ser um entrelaçamento de fios, linhas e nós, com aberturas regulares formando tecidos. Mas comparando as redes ao cérebro e ao sistema circulatório, se percebe que as redes geográficas são muito mais complexas, pois não permitem a circulação apenas de sinapses nervosas ou de sangue e seus componentes, mas sim, as redes geográficas, expressas principalmente por estradas, ferrovias, hidrovias, aerovias e redes virtuais como a telefonia, televisão, bancos e internet, permitem a circulação de produtos, serviços, informações, valores e de conhecimento em diversas formas, volumes e indivíduos. Por isso as redes geográficas são muito mais densas e complexas, pela variedade e quantidade de elementos que circulam por ela. Nesta perspectiva, as redes são planas e concretas em sua estrutura, mas também podem ser imaginária.

A internet, nos dias atuais, é um exemplo de rede plana, concreta e imaginária, ou seja, virtual. É um novo tipo de rede, porém não revolucionou o espaço geográfico real, pois não foi capaz de mudar o modo de produção capitalista, nem alavancar a economia ou o *status quo* de um país. Quando Castells (1999) afirma que a rede em escala planetária (internet) desenha a infraestrutura da sociedade, defende-a como morfologia da estrutura e da cultura social, sendo assim uma nova forma de poder. Entretanto, esta rede virtual com pontos fixos em casas, empresas ou aparelhos móveis, trata-se apenas de um instrumento do poder, pois as relações sociais, de produção e de consumo, por exemplo, não se modificam, apenas elevam sua frequência e velocidade de ocorrência. As redes de comunicações são apenas objetos.

Assim, a internet sendo uma rede plana, concreta e virtual simultaneamente, não passa de um objeto que a sociedade desenvolveu para uso intenso na dinamização dos negócios, pois sua fluidez ímpar não se compara a nenhuma autoestrada, ferrovia ou linha aérea no quesito velocidade e capacidade de transporte de informações, decisões e produtos ou serviços virtuais. Mas fluidez não pode ser entendida como uma categoria de análise, logo, se faz



necessário pensar a internet como uma rede não apenas social, mas sociotécnica, onde a inovação, a técnica e as normatizações são seus principais ingredientes.

Quando se aborda o conceito de redes, emerge o território de sua ocorrência onde também é necessário considerar quem a usa, quem a normatiza, quem a controla e para que o faz. Assim, entender uma rede geográfica é entender a harmonia entre fatores endógenos e exógenos daquela área, daquele espaço, daquele território. Logo, precisamos desmembrar a rede e o espaço para analisá-los de modo detalhado e assim, compreendendo as partes, conheceremos o todo. Por isso, estudar a forma de uma rede que se instala em um espaço é se aproximar do real. Trata-se de uma metodologia onde o espaço é visto de modo integral e também em partes destacando seus componentes para então entender seu funcionamento e significado.

Há que considerar também que nossa realidade é muito mais complexa e rica que nossa teoria. Em um mesmo processo histórico, social e econômico, muitas formas diferentes podem surgir e com diferentes processos podem ser obtidas formas iguais, pois as redes técnicas e modernas como telefonia ou internet não alteram padrões de forma ou força de uma rede urbana. Elas podem apenas corroborar as centralidades de cada espaço elevando e acelerando a comunicação e troca de informações.

Nestes termos, neste trabalho se usará como metodologia a visão geral da rede urbana paranaense e também sua fragmentação em diversas partes para facilitar a compreensão e a evolução das pequenas localidades centrais que aqui denominamos algumas como micro municípios por serem caracterizados por população absoluta menor que três mil habitantes, baixa densidade demográfica, pequena oferta de serviços básicos e esvaziamento demográfico contínuo e fruto de vários fatores, dos quais os principais são a crise cafeeira, êxodo rural e expansão das sucroalcooleiras latifundiárias e monocultoras (STALLONE 2009).

2. PROCESSOS E ANÁLISES DAS REDES GEOGRÁFICAS

Regressando ao período feudal, devido o avanço na comunicação entre os feudos e ao escambo que realizavam entre si, o capitalismo se desenvolveu, normalmente de baixo (do povo) para cima. Porém, na Alemanha, Prússia e Japão, o sistema capitalista se implantou de cima para baixo, ou seja, via decreto governamental, especialmente no século XIX quando notaram o grande impacto e importância da revolução industrial e sua contribuição ao enriquecimento e fortalecimento dos países.



Em um primeiro momento, a Alemanha salta, da fase têxtil e de vestuário desenvolvidos pelas manufaturas, diretamente às indústrias pesadas como as siderúrgicas, compensando em poucos anos, mais de um século de atraso comparado ao capitalismo inglês e francês.

Neste período, início do século XX, o capitalismo se expande na Alemanha via expansão das cidades, do comércio e do consumo. Expandem-se também as municipalidades e, é neste contexto que se desenvolve a teoria de Christaller (1933) sobre a teoria das localidades centrais, primeiro estudo a sistematizar uma rede urbana.

Para Christaller, o mercado e a acessibilidade são os elementos que diferenciam as localidades centrais, por serem (hipoteticamente), espaços urbanos interligados por estradas, onde cada um era circundado por uma área rural de sua influência econômica (interlândia) de acordo com sua oferta de produtos e serviços, mais ou menos sofisticados, mais ou menos variados.³

A interlândia destas localidades centrais teria alcance máximo e alcance mínimo determinado pela distância dos consumidores, frequência de consumo e acessibilidade que dispunham. Portanto, a interlândia de uma localidade central está diretamente vinculada a sua oferta de bens e serviços comuns, isto é, à lógica econômica do custo benefício entre produtos, distância e consumidores.

Como exemplo, temos um espaço urbano 1 que oferece os produtos A, B e C que são básicos e essenciais à vida e de baixo custo e estão em todos os outros espaços urbanos; Em seguida, em um espaço urbano 2, os produtos D, E e F, que são mais sofisticados, de custo maior e sem importância vital que são oferecidos apenas em espaços urbanos semelhantes a ele; No espaço urbano de nível 3, são ofertados os produtos G, H e I que tem maior sofisticação e nenhuma importância vital, servem apenas como itens de lazer ou ostentação e são expressivamente mais caros, assim são ofertados apenas em espaços urbanos de nível semelhante ao seu, mas ofertam também todos os outros produtos (A, B, C, D, E e F).

Deste modo, a interlândia do espaço urbano 1 será pequena e equivale a pequenas distâncias de seu entorno, são as pequenas localidades centrais. A interlândia do espaço urbano 2 será maior que seu entorno direto e abrangerá também a área do espaço urbano 1, pois oferta mais produtos, de maior variedade e sofisticação, é equivalente aos centros

³ A influência de um espaço urbano, ou seja, sua centralidade e tamanho de sua interlândia depende da variedade, quantidade e qualidade dos produtos e serviços que oferta.



regionais. E o espaço urbano 3 terá interlândia com espaço de abrangência maior ainda, por ofertar todos os produtos que 1 e 2 ofertam e outros ainda mais sofisticados e de grande variedade. O espaço urbano 3 se equivale às metrópoles, pois tem interlândia maior e abrange todos os outros (1, 2 e 3) por oferecer maior diversidade de produtos, serviços e informações diversas. Como ilustração temos a figura 1:

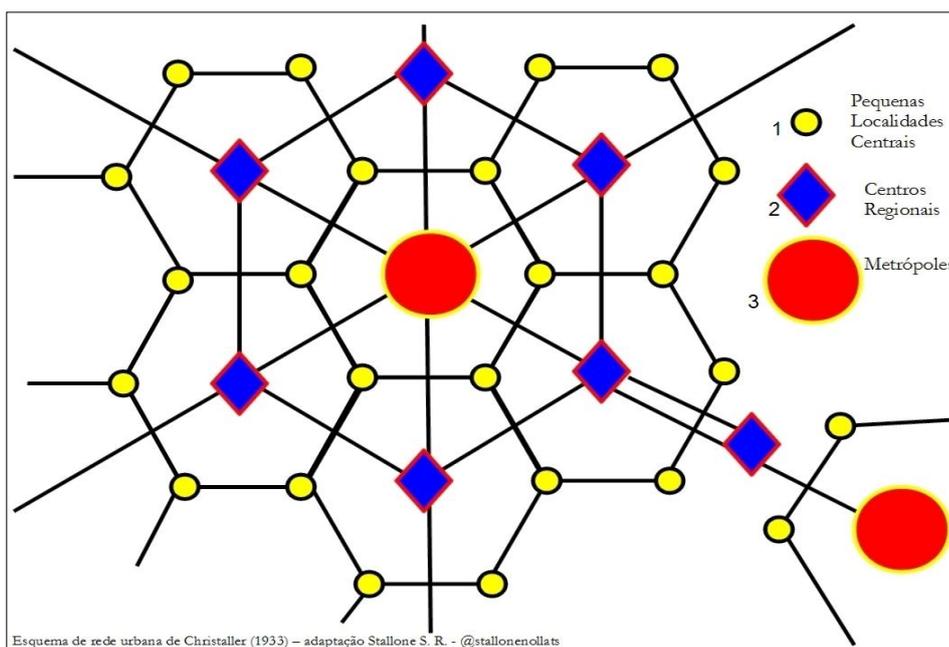


Figura 1:
Rede urbana Cristallina
 W. Christaller (1933) adaptada

Desta forma, o alcance espacial máximo

ou mínimo corresponde a área e população mínima necessário para cada bem ou serviço que um espaço urbano oferece. Logo, nota-se uma hierarquização das localidades centrais que se refere ao grau de importância de cada uma frente a rede urbana observada que está articulada fisicamente via estradas, ferrovias, hidrovias e outros tipos de comunicação. Conforme esta tipologia de Christaller, os níveis desta hierarquia urbana seriam:

cidade local > centro de zona > centro sub-regional > metrópole.

Ainda, para se entender as redes, se faz necessário compreender o contexto histórico dos modos de produção e de comunicação, bem como das relações sociais ali presentes ou ausentes.

Em primeiro lugar, para se entender as redes geográficas é necessário entender o processo histórico e econômico destacando como as combinações entre natureza, sociedade e história ocorreram.

Em um segundo momento, é necessário entender os aparelhos ideológicos do Estado (escolas, administrações, transporte, saúde, etc.) e a reprodução das classes sociais, pois uma



rede urbana também é um instrumento de reprodução das classes sociais via a segregação e os fluxos, ou seja, os menos favorecidos consomem apenas produtos e serviços disponíveis nas cidades locais, pois não dispõem de recursos para consumir em centros de zona ou em centros sub-regionais ou ainda em metrópoles, pois seu deslocamento é caro e longo. Já os mais afortunados fluem para as metrópoles com grande frequência, logo, uma rede urbana é também um reflexo social e de sua segregação, pois a rede é um meio de acumulação e também para a reprodução das classes sociais.

Em um terceiro instante, há que se considerar os arranjos espaciais diversos que dependem das combinações diferenciadas entre sociedade, capital e natureza. Trata-se de analisar as formas e processos ocorridos. Estes arranjos espaciais são influenciados pelo modo de apropriação, produção e reprodução do capitalismo (CARLOS, SOUZA, SPOSITO, *et al* 2011) e por suas heranças que se engajam as mudanças econômicas e históricas. Portanto, é indispensável a periodização dos processos e agentes sociais e econômicos.

No quarto processo, é fundamental enxergar o papel das indústrias e suas dinâmizações ou fragmentações das redes. Faz-se necessário analisar todo o sistema urbano regional para compreender a dinâmica ocorrida, associada, é claro, com a periodização escolhida.

Em um quinto momento de análise, vale destacar a reestruturação produtiva e a descentralização industrial, pois o capital é móvel e atende a quatro principais fatores de fixação: proximidade de matéria-prima, proximidade de mercado consumidor, custo de transporte e energias e custo de mão de obra. Trata-se da Mais-Valia Universal (Santos, 2009, p. 29) que sempre busca mercado e benefícios para maximizar os lucros. Nesta análise se averigua a origem e destino dos capitais investidos ou extraídos, origem e destino das empresas ou de suas filiais.

Para entender as redes geográficas há também que considerar um sexto elemento que são as grandes corporações ou o capitalismo monopolista que concentra populações e mercado privilegiando grandes cidades (metrópoles), drenando recursos dos centros locais e de outros níveis da hierarquia urbana. É a este sexto item que se aplicam às sucroalcooleiras no Paraná, parte do objeto de estudo deste trabalho.

3. A REDE URBANA DO NORTE E NOROESTE PARANAENSE



Após uma colonização ímpar marcada pelo rápido progresso e aquisição de qualidade de vida pelos seus pioneiros devido ao intenso desenvolvimento da rede urbana no Norte e Noroeste do Paraná movida pelo auge da cafeicultura, da ferrovia com intenso tráfego de cargas e passageiros, bem como das estradas de rodagem que a cada dia ganhavam mais usuários e melhores condições, dezenas de municípios surgiram e com numerosas populações.

Com a crise da década de 1970, a situação se altera. Os promissores municípios vêm suas populações migrarem para centros urbanos regionais e nacionais. A ferrovia, que dava vida a algumas cidades, declina e a agricultura se torna cada dia mais moderna e mecanizada. Assim, pelas concentrações fundiárias, monoculturas, mecanizações, redução do trânsito de pessoas e ausências de políticas públicas, os municípios sofreram um intenso êxodo rural que resultou em um expressivo esvaziamento demográfico.

Destaca-se então que dos 399 municípios paranaenses, cerca de 7% são muito pequenos tanto na área territorial quanto na densidade demográfica, pois são classificados como pequenas localidades centrais e ocupam o mais baixo nível na rede urbana segundo o modelo christalleriano. E grande parte deles sofreram intenso esvaziamento demográfico no fim do século XX. São os 29 micro municípios do Paraná as pequenas localidades centrais que mais sofrem influências das sucroalcooleiras, foco principal deste trabalho que detalharemos a seguir.

3.1 – Os micro municípios

Neste trabalho resgata-se um conceito que fora já apresentado em STALLONE (2009) onde entendemos por micro municípios os menores municípios paranaenses, que: a) são dotados de população absoluta menor que três mil indivíduos; b) sofreram intenso esvaziamento demográfico; c) contínua perda de bens, equipamentos e serviços privados e públicos; d) tem baixos indicadores sociais; e) sofrem grande influência da rede viária que os isolam por difíceis, poucos ou até por um único acesso viário; e f) sofrem impactos das indústrias sucroalcooleiras do Paraná que através do absentismo⁴, da monocultura e mecanização, causam êxodo rural e mantem a população afastada, pois não oferecem vagas

⁴ Refere-se a drenagem de capital por concentração de renda e gasto em outras localidades, isto é, um latifundiário usa sua propriedade do interior para gerar riquezas, mas gasta sua renda em metrópoles regionais, nacionais ou estrangeiras.

SEURB

II Simpósio de Estudos Urbanos:

A dinâmica das cidades e a produção do espaço

fixas de emprego em grande número e quando o fazem usam da migração pendular dos bóias-frias. Abaixo, se apresenta a tabela 1 com os dados da dinâmica demográfica dos micro municípios do Paraná que corrobora o intenso êxodo rural e esvaziamento demográfico no fim do século XX:

Tabela 1: Dinâmica Demográfica dos Micro Municípios Paranaenses no fim do século XX⁵

Ordem	Município	População - Declínio & Crescimento Demográfico (%)								
		1970	70-80	1980	80-91	1991	91-00	2000	00-10	2010
1º	Esperança Nova	---	---	---	---	---	---	2308	-47,23	1218
2º	Jardim Olinda	2415	-45,92	1306	7,58	1405	8,40	1523	-7,49	1409
3º	Nova Aliança do Ivaí	1945	-44,47	1080	11,67	1206	10,95	1338	7,10	1433
4º	Santa Inês	4862	-40,46	2895	-29,40	2044	2,69	2099	-13,39	1818
5º	Miraselva	7769	-23,53	5941	-10,35	5326	-63,18	1961	-5,25	1858
6º	São Manoel do Paraná	---	---	---	---	---	---	2072	1,25	2098
7º	Guaporema	5975	-54,73	2705	-15,34	2290	-2,01	2244	-1,16	2218
8º	Iguatu	---	---	---	---	---	---	2255	-0,98	2233
9º	Mirador	3130	-34,92	2037	14,73	2337	6,97	2500	-6,92	2327
10º	Santo Antônio do Paraíso	7132	-52,89	3360	-25,95	2488	12,14	2790	-13,55	2412
11º	Ariranha do Ivaí	---	---	---	---	---	---	2883	-14,92	2453
12º	Uniflor	4169	-25,83	3092	-13,91	2662	-11,27	2362	4,36	2465
13º	São Pedro do Paraná	6378	-24,22	4833	-32,82	3247	-15,68	2738	-8,91	2494
14º	Porto Rico	6192	-13,70	5344	-39,91	3211	-20,59	2550	-0,75	2531
15º	Florida	2976	-33,30	1985	5,59	2096	16,13	2434	4,35	2540
16º	Iracema do Oeste	---	---	---	---	---	---	2951	-12,64	2578
17º	Pinhal de São Bento	---	---	---	---	---	---	2560	2,34	2620
18º	Cafeara	4882	-35,66	3141	-23,65	2398	3,63	2485	8,45	2695
19º	Barra do Jacaré	6661	-39,87	4005	-21,32	3151	-13,58	2723	0,15	2727
20º	Santo Antônio Caiuá	7243	-44,18	4043	-23,05	3111	-7,49	2878	-5,07	2732
21º	Boa Esperança do Iguaçu	---	---	---	---	---	---	3107	-10,91	2768
22º	Paranapoema	4036	-46,53	2158	13,76	2455	-2,53	2393	16,63	2791
23º	Pitangueiras	---	---	---	---	---	---	2418	16,38	2814
24º	Novo Itacolomi	---	---	---	---	---	---	2866	-1,36	2827
25º	Rancho Alegre D'Oeste	7499	-34,67	4899	-7,96	4509	-30,87	3117	-8,66	2847
26º	Ângulo	---	---	---	---	---	---	2840	0,74	2861
27º	Anahy	---	---	---	---	---	---	3011	-4,85	2865
28º	Inajá	4373	-38,62	2684	-1,56	2642	10,33	2915	2,50	2988
29º	Ivatuba	13921	-81,68	2550	-1,65	2508	11,48	2796	7,58	3008

Base: Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 – IBGE

Como se observa na tabela 1, de 1970 a 2010, os vinte e nove micro municípios do Paraná mantiveram um ritmo de declínio demográfico intenso perdendo cerca de 10% das suas populações por década. Na década de 1970 a 1980 o esvaziamento demográfico foi acima de 40% em todos os micro municípios, mas vale destacar Ivatuba que perdeu mais de 80% de sua população; na década de 1980 a 1990 houve um declínio demográfico em média de 20%; Há que se destacar também o micro município de Miraselva que na década de 1990

⁵ Adaptação de Stallone, 2009.



perdeu mais de 60% de sua população e Esperança Nova que na primeira década dos anos 2000 perdeu mais de 47% de sua população.

Somente nos últimos anos (2000 a 2010) é que 12 dos micro municípios cresceram em média 6%, com destaque a Paranapoema e Pitangueiras que cresceram mais de 16% cada uma. Estima-se que o aumento do poder de compra da população pelos aumentos salariais do setor privado e políticas públicas de distribuição de renda contribuíram para satisfazer as necessidades mínimas de vivência nas pequenas cidades reduzindo a demanda por migrações⁶. Entretanto, 17 micro municípios apresentaram contínuo esvaziamento demográfico (média de -10%), por isso ainda é cedo para afirmar alteração em seu ritmo demográfico ou fim das migrações.

Em comparação, têm-se os dados das cidades maiores em nível nacional e os principais polos urbanos estaduais e seus crescimentos ao longo dos anos, sendo espécies de locais atrativos aos migrantes por oferecer mais serviços, informações, um expressivo maior número de oportunidades de trabalho e uma renda melhor que em suas cidades de origem. Vejamos tabela 2 :

Tabela 2: Demografia dos centros regionais, metrópoles e capitais no fim do século XX⁷

Município	População - Declínio & Crescimento Demográfico (%)								
	1970	70-80	1980	80-91	1991	91-00	2000	00-10	2010
São Paulo	5924612	43,35	8493217	13,58	9646185	8,17	10434252	7,85	11253503
Rio de Janeiro	4251918	19,73	5090723	7,66	5480768	6,88	5857904	7,90	6320446
Curitiba	609026	68,30	1024980	28,30	1315035	20,71	1587315	10,05	1746896
Londrina	228101	32,26	301696	29,30	390100	14,60	447065	13,33	506645
Maringá	121374	38,61	168232	42,83	240292	20,13	288653	23,72	357117
Foz do Iguaçu	33966	301,44	136352	39,44	190123	35,99	258543	-0,95	256081
Ponta Grossa	126940	47,04	186654	25,36	233984	16,94	273616	13,92	311697
Cascavel	89921	81,79	163470	18,06	192990	27,14	245369	16,63	286172
Guarapuava	110903	42,99	158585	0,66	159634	-2,80	155161	7,93	167463
Apucarana	69302	15,79	80245	18,47	95064	13,43	107827	12,11	120884
Umuarama	113697	-11,56	100555	-0,30	100249	-9,54	90690	11,06	100716
Campo Mourão	77118	-2,20	75423	9,14	82318	-2,24	80476	8,48	87297
Paranavaí	57387	13,76	65286	8,83	71052	6,61	75750	7,72	81595
Médias	908790	35,81	1234263	13,41	1399830	9,37	1530971	8,51	1661270,15

Base: Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 – IBGE

⁶ O Ministério do Desenvolvimento Social distribui no Paraná por mês cerca de R\$27,8 milhões a cerca de 368,7 mil famílias, resultando em uma média de R\$75/mês/família (jun/2013) - programa bolsa família

⁷ Adaptação de Stallone, 2009.



Contrárias aos micro municípios, as metrópoles, as grandes e as médias cidades, inclusive alguns pequenos centros regionais cresceram em altas taxas de 1970 a 2010, cerca de 16% de crescimento populacional por década. Todavia, nos últimos dez anos, as taxas de crescimento se contraíram a uma média de 10% e mesmo assim estão bem acima da média nacional de crescimento vegetativo (+/- 2%) o que corrobora a teoria de metrópoles como ímãs, pois ainda existe uma contínua e intensa atração demográfica que resulta no acolhimento de migrantes⁸.

A localização destas pequenas localidades centrais, os 29 menores municípios do Paraná que os classificamos aqui como micro municípios, também indicam os motivos pelos quais apresentam população tão baixa. Se contextualizar localização, rede rodoviária, ferroviária, proximidade com polos regionais, e ciclos econômicos predominantes em cada localidade, notar-se-á que os micro municípios apenas refletem a situação atual e o processo histórico regional que lhes conduziram a esta situação.

Ao se comparar o mapa dos municípios paranaenses, com o rodoferroviário, identificamos que estes 29 micro municípios estão fora do anel de integração e com acessos via estradas secundárias ou terciárias o que dificulta sua integração com outros municípios ou com a rede industrial e comercial da região.

Em síntese, estes micro municípios já existiam e evoluíram a esta situação devido ao intenso e contínuo esvaziamento demográfico graças aos seguintes motivos:

a) A crise cafeeira da década de 1970, as grandes geadas⁹, especialmente a de 1975 (MORO, 2001, p. 94 e 110) foram os marcos principais no processo de migração da população das cidades paranaense para os centros e metrópoles regionais e nacionais, resultando em um alto declínio demográfico nas cidades do Norte e Noroeste do Paraná, principalmente nos 29 micro municípios na tabela 1. Isso se deve, também, à estratégia governamental da época que implementou “uma política de racionalização da agricultura, modernizando-a, em curto prazo, sem levar em conta as consequências desse pragmatismo econômico” (Moro, 1991). Resultado disso é a expansão dos latifúndios e mecanização agrária, pois:

⁸ O crescimento astronômico de Foz do Iguaçu se deve ao início da construção da usina hidrelétrica de Itaipu em 1975 e pelo fato de estar em um entroncamento comercial do Mercosul.

⁹ Conforme Moro (2001, p.110) os anos das geadas quase consecutivas no Norte do Paraná foram 1963, 1967, 1969, 1972, 1975, 1979, 1981, 1984, 1985, 1988, 1989, 1990, 1992, 1993 e 1994.

SEURB

II Simpósio de Estudos Urbanos:

A dinâmica das cidades e a produção do espaço

“entre as décadas de 70 e 80, houve uma redução de 64690 estabelecimentos de 0 a 10 hectares. Essa redução equivale a mais de 50% do total de estabelecimentos [...] os estabelecimentos acima de 100 hectares tiveram um acréscimo de 4940 estabelecimentos. Para esta categoria este número representa um aumento de 100% no número de estabelecimentos, já que este era de 4902 em 1970. E apesar de ser numericamente pouco expressivo, este grupo de estabelecimentos envolve grandes áreas.” (ENDLICH, 1998, p. 78-79).

Vale destacar que o aumento de propriedades acima de 100 hectares subiu de 4902 em 1970 para 9842 estabelecimentos. Aumento de exatos de 100,77% .

b) No início do século XX, através de incentivos da CTNP (Companhia de Terras Norte do Paraná), que hoje é a CMNP (Companhia Melhoramentos Norte do Paraná), uma importante colonizadora, uma ferrovia foi planejada para cruzar o Estado do Paraná do Nordeste, na divisa com São Paulo até Guaíra no extremo Oeste paranaense. Esta ferrovia transportava tanto cargas como passageiros entre as dezenas de cidades que a margeavam. Contudo, após o declínio do café na década de 1970, a ferrovia interrompeu sua ampliação em Cianorte (NO PR) e também o transporte de passageiros e reduziu drasticamente as estações ferroviárias de sua linha. Além disso desviou sua rota principal que era São Paulo e destinou-se a Paranaguá, litoral do Paraná. “A estrada de ferro e a rodovia estendiam-se quase paralelamente, ao longo do espigão principal do Norte paranaense, entrelaçando numerosos núcleos urbanos que iam surgindo rapidamente, pouco distanciados uns dos outros” (MULLER: 1956).

O declínio da ferrovia deixando de transportar passageiros totalmente e cargas em algumas cidades fez com que se agravasse ainda mais a crise em alguns destes micro municípios, contribuindo para a manutenção de seu esvaziamento demográfico;

c) A priorização das rodovias do “Anel de Integração” entre as principais cidades paranaense com investimentos públicos e privados para fluxos de veículos, valores, bens, serviços e informações, fez que o fluxo nas pequenas cidades se reduzisse ainda mais, contribuindo para a crise econômica local e manutenção da constante migração.

Após a década de 1990 com as privatizações das rodovias Paranaenses, o isolamento das pequenas cidades tornou-se ainda maior, pois as “praças de pedágios” retiram parte dos recursos dos motoristas o que impede que estes parem durante sua trajetória para refeições rápidas ou pernoites em hotéis das pequenas cidades. Preferem permanecer nas cidades grandes onde a oferta de serviços e lazeres são numerosos e com maiores qualidades em sua



maioria. Ou evitar gastos visto que boa parte de seus recebimentos são gastos com os pedágios (STALLONE, 2009, p.5).

d) A substituição dos cafezais pelas lavouras temporárias e/ou permanentes, em maior parte pela soja, milho, trigo, aveia, etc. - culturas cuja mecanização é necessária para ser viável – e posteriormente com pastagens seguidas de cana-de-açúcar, fez com que grandes massas de trabalhadores antes residentes no campo ou nas áreas urbanas dos municípios paranaenses migrassem para polos urbanos regionais e nacionais, pois, conforme Endlich (1998) afirma, “a CMNP planejou a instalação de uma rede urbana que visava atender as necessidades de uma densa população rural”, baseada na economia cafeeira.

Com o fim do ciclo do café, a sustentabilidade das pequenas cidades é posta a prova e o novo modelo agrícola onde a mecanização cresce constantemente faz necessária a dispensa de grandes contingentes de mão de obra obrigando-os a migrarem para cidades maiores ou outras regiões.

e) Os CAIs sucroalcooleiros¹⁰ contribuem para o êxodo rural e esvaziamento demográfico, pois mantém afastada a população destes 29 micro municípios pela ocupação de grandes extensões de terras para obtenção de matéria-prima, resultando na manutenção da desertificação do campo pela monocultura, redução da biodiversidade e manutenção do declínio demográfico, pois estas empresas vem se mecanizando cada ano mais o que dispensa grande número de trabalhadores, especialmente os bóias-frias.

f) A não disponibilização de serviços de saúde, educação, segurança, lazer e de produtos e serviços diversos para consumo básico, seja através do governo (Municipal/Estadual/Federal) ou pela sociedade (setor privado) mantém o processo de migração ativo nos micro municípios, pois pela ausência destes bens materiais ou imateriais, para evitar problemas maiores como o desabastecimento temporário, a população prefere e age migrando para cidades maiores da região ou até de outras regiões do país em busca de melhores condições de vida.

¹⁰ CAIs sucroalcooleiros referem-se aos complexos agroindustriais que utilizam a cana-de-açúcar como matéria-prima. Enquadram neste termo as destilarias e outras usinas seja para fabricação de etanol ou de açúcar ou ainda outros produtos derivados da cana-de-açúcar.

SEURB

II Simpósio de Estudos Urbanos:

A dinâmica das cidades e a produção do espaço

Abaixo podemos observar a figura 2 que apresenta os micro municípios, as cidades polos do Paraná (centros regionais e/ou metrópoles), os CAIs sucroalcooleiros e as suas interlândias.

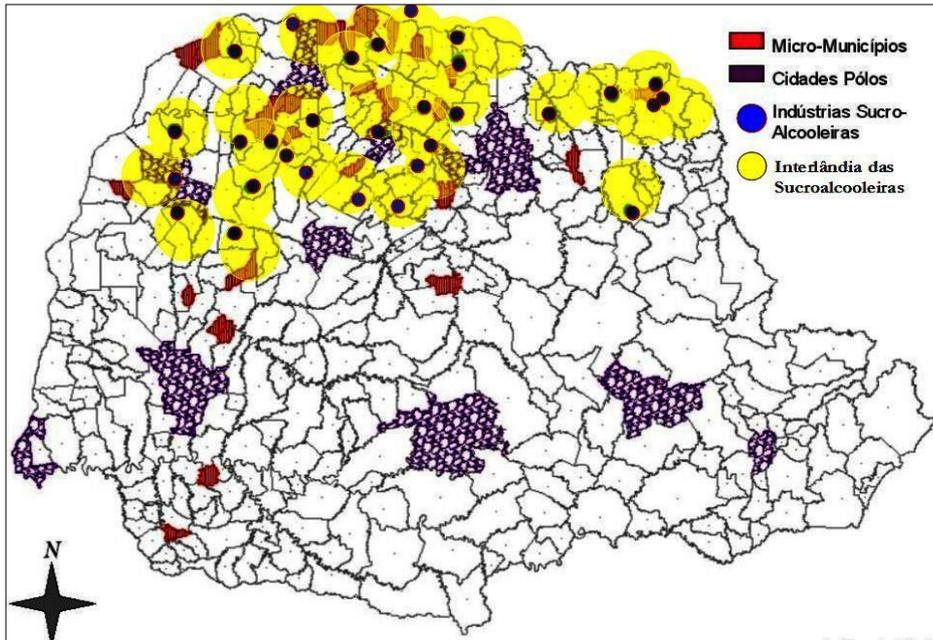


Figura 2:
Micro
Município
s, Centros
Regionais,
Metrópole
s e
Sucroalco
oleiras do
Paraná
A
figura 2
apresenta

a rede de municípios do Paraná destacando os centros regionais que são como um ímã aos migrantes que partem especialmente em direção aos núcleos urbanos desta cidades destacadas em roxo, por oferecerem um número maior de vagas de emprego, por possibilitarem uma renda individual e/ou familiar mais elevada e principalmente por ter políticas públicas mais abrangentes capazes de amenizar, de modo mais rápido, suas dificuldades financeiras, profissionais e sociais que as cidades pequenas da região. A figura 2 destaca também os micro municípios do Paraná que concentram-se na região Norte e Noroeste do Paraná onde também se concentram os centros regionais que de modo fortuito atraem frequentemente indivíduos e famílias às suas dependências. É ainda onde está a ferrovia “Londrina – Maringá - Cianorte” que desativou totalmente o transporte de passageiros e reduziu drasticamente o número de suas estações ferroviárias para o transporte de cargas.

Há ainda um terceiro item no mapa que contribui de forma expressiva para a manutenção do declínio demográfico nestes pequenos municípios. São os CAIs sucroalcooleiros, sua política absentéista¹¹ e suas extensas interlândias que mantêm afastadas as populações locais e contribuem para o esvaziamento demográfico a medida que ampliam

¹¹ Idem nota 4: Drenagem dos capitais produzidos para centros regionais e/ou metrópoles sem investimentos reais na localidade



suas áreas de cultivo. Segundo Piacente (2005) o raio médio de viabilidade econômica para se produzir cana varia de 15 a 35 km de distância dos CAIs sucroalcooleiros. Assim, considerando o raio mínimo e o raio máximo, opta-se pelo valor médio de 25 km como raio de influência direta dos CAIs sucroalcooleiros como sua interlândia e/ou área de cultivo. Este raio de 25km é o que delimita os círculos amarelos na figura 2.

Por necessitarem de grandes áreas de terras agricultáveis para cultivo da cana-de-açúcar, sua matéria-prima, as famílias, os trabalhadores individuais e os grupos de inúmeros trabalhadores rurais que tinham nas lavouras ou na pecuária seu emprego e sua fonte de renda, são obrigados a se afastarem da zona rural e, de certo modo, são também obrigados a procurarem outras atividades econômicas que estas pequenas cidades, por terem suas economias voltadas e dependentes do setor rural que a cada dia é mais ocupado pelos canaviais, não podem oferecer, logo, os CAIs sucroalcooleiros e sua expansão mantém os micro municípios em declínio demográfico contribuindo para que a população destas áreas migrem para outras cidades.

Vale destacar que a mão de obra utilizada pelos CAIs sucroalcooleiros é do tipo de bóias-frias que realizam migração pendular e por isso não se fixam no campo nem no espaço urbano destes micro municípios. Destaca-se também que a política de arrendamento proposta pelos CAIs sucroalcooleiros tem provocado uma migração significativa dos proprietários rurais que ainda resistiam em suas residências rurais que dão lugar as canaviais e passam então a morar em cidades pequenas, médias ou metrópoles regionais com a renda que obtém do aluguel de suas terras ou da renda que os CAIs sucroalcooleiros lhes pagam de acordo com a produtividade obtida ou valor firmado em contrato. Destaque-se também que devido ao êxodo rural após 1970, a modernização agrícola, expansão dos latifúndios e desenvolvimento da rede urbana concentrando recursos diversos nas estradas de ligação e nas cidades maiores da região Norte e Noroeste do Paraná contribuíram para o atual contexto destas pequenas localidades centrais: os micro municípios.

Dos municípios paranaenses (IBGE: 2010), nota-se que cerca de apenas 10% deles têm população maior que 50 mil habitantes e mais de 16% possuem população menor que cinco mil habitantes. Nota-se que ocorre uma urbanização diferenciada no Paraná, especialmente no Noroeste, pois quase 20% dos municípios¹² não chegam a cinco mil

¹² São 65 (sessenta e cinco) municípios.



habitantes e a maioria dos 29 destacados, com população inferior a 3 mil habitantes, estão no Noroeste paranaense.

3.2 Café e os micro municípios

“Não constitui nenhum exagero afirmar que a história da ocupação dessa extensa área confunde-se, amplamente, com a evolução da economia cafeeira ali registrada” (PADIS: 1981), portanto, seu declínio demográfico também está ligado ao declínio cafeeiro e às novas culturas que ali se implantaram.

O ciclo econômico também influenciou muito na formação dos 29 menores municípios paranaense e sua alteração também destinou a estagnação ou regressão dos municípios, pois a maioria destas cidades surgiram com a esperança verde dos cafezais, conforme Endlich afirma (1998, p. 13): “A região Norte do Paraná ganha uma nova configuração espacial através desta atividade econômica. Há, portanto, uma maior expressão urbana a partir de 1940, período em que se inicia a produção do café e surgimento de várias cidades”.

Porém, após a crise da década de 1970, muitos destes municípios sofreram com o intenso êxodo rural e com o declínio demográfico, pois não apenas as famílias que trabalhavam e residiam no rural migraram, mas também grande parte dos residentes nas áreas urbanas devido ser a atividade rural que regia as atividades nos espaços urbanos até a década de 1970.

“É relevante, ainda, a grande fragmentação político-administrativa. Em 1940, havia no Estado 49 municípios, sendo que o número atual é de 399. Considerando-se que cada um deles tem uma sede urbana, houve uma ampliação significativa do número de cidades. De modo geral, relaciona-se a expansão urbana paranaense à expansão agrícola: no Norte do Estado com a cultura do café e, posteriormente, no Oeste e Sudoeste com o soja, trigo e pecuária. Apesar do surgimento de muitos núcleos urbanos, a sustentabilidade dos mesmos encontra-se, atualmente, comprometida face ao processo de concentração populacional e de papéis urbanos, predominante nos centros urbanos maiores, em detrimento dos menores” (ENDLICH, 1998:13-14).

Muito há que se analisar para compreender, em detalhes os porquês destes pequenos municípios apresentarem tão pequena população e baixa densidade demográfica, contudo, eventos históricos podem indicar os motivos principais de suas atuais características.

A maioria absoluta dos 29 menores municípios do Paraná estão na região Norte central e Noroeste paranaense e surgiram em virtude do ciclo cafeeiro bem como do modelo de



colonização da CMNP onde cidades pequenas já eram fundadas para permanecer pequenas, devido seu projeto de escoamento de safra onde a cada 100 quilômetros um centro regional iria concentrar a produção das pequenas localidades centrais que estariam distantes em média 20 quilômetros umas das outras e, assim, toda a safra seria escoada por uma ferrovia que interligava esta rede urbana.

Tem-se então a rede urbano-rodoviária do Norte-Noroeste Paranaense onde se estendem as cidades polos de Londrina (N), Maringá (NW), Cianorte (NW) e Umuarama (NW), intercaladas por várias pequenas cidades neste eixo Norte ao Cento-Noroeste seguindo posteriormente ao Oeste, bem como dezenas de outras pequenas cidades no entorno destes polos microrregionais. Assim, grandes levadas de migrantes se deslocaram a estas cidades em busca de empregos e riquezas visto que, com o trabalho na lavouras de café, muitos imigrantes europeus conseguiram acumular consideráveis quantias financeiras e tempos depois adquiriram suas próprias propriedades rurais.

Com as estratégias governamentais e com a crise cafeeira, agravada pela grande geada de 1975, o café deixa de ser o motor econômico da região e, em busca de melhores empregos e condições de vida, grande parte da população regional migra para cidades polos como Curitiba, Londrina, Maringá e para outros Estados.

3.3 Solos e os micro municípios

Outro fator que contribuiu para a formação dos micro municípios, que estão concentrados no Noroeste e Norte do Paraná, especialmente nas proximidades do rio Paranapanema e do rio Paraná, é o solo. Nestas áreas o solo e sua fertilidade em estado natural são desfavoráveis a agricultura, pois nestas regiões há predomínio de solos arenosos, derivados do Arenito Caiuá, logo, a produtividade se faz expressivamente baixa comparada a outras áreas do Estado como as áreas com solos derivados do basalto, mais conhecidos como solos de “terra roxa”. Deste modo, por estarem em área de baixa produtividade, o êxodo rural se desenvolveu intensamente após 1975, coincidindo com a substituição dos cafezais onde a população caiu consideravelmente.

Com os anos, a mecanização agrícola domina quase a totalidade das áreas do Norte e Oeste paranaense, acentuando o êxodo rural e, em agravio, os bens, serviços e equipamentos urbanos não foram implantados ou não se atualizaram perdendo sua qualidade e capacidade



de atendimentos às necessidades básicas da população, por isso, a migração para polos urbanos e áreas metropolitanas se mantém, desta vez com fluxos migratórios menores, mas contínuos.

4. A REDE URBANO-RODO-FERROVIÁRIA

A rede urbano-rodoviária do Paraná também é responsável por condicionar a existência dos pequenos municípios devido o isolamento viário que deixou as cidades com poucos acessos rodoviários.

Todos estes municípios têm apenas uma estrada pavimentada que permite a entrada e saída de suas cidades e em ambos os casos a conservação destas rodovias é precária:

No caso de Nova aliança do Ivaí (NW) com acesso apenas pela PR 561; Jardim Olinda (N) pela PR 464 se estendendo exclusivamente até às margens do Rio Paranapanema no extremo Norte do Estado; São Manoel do Paraná (NW) com acesso apenas pela PR 479; Guaporema (NW) pela PR 180; Iguatu (W) pela PR 474 após a PR 573; Mirador (NW) pela PR 559; Ariranha do Ivaí, no centro do Estado com acesso apenas pela PR 466 de onde se estende uma estrada municipal de 15Km até o núcleo urbano deste município; Pinhal de São Bento (SSW) acesso pela PR 878; Pitangueiras (NNW) acesso apenas pela PR 547 que se inicia na PR 218 e se estende 6 Km até o núcleo urbano do município; Cafeara (N) acesso apenas pela PR 543; Boa Esperança do Iguaçu (SSW) com acesso pela PR 879 onde se inicia uma estrada municipal de 4km até o espaço urbano sede do município; e Anahy (W) com acesso pela PR 474.

Estes municípios têm apenas uma estrada pavimentada que permite entrar e sair de suas cidades e, por serem cruzadas pela rodovia, pode-se optar por seguir caminho para no máximo duas direções:

Esperança Nova (WNW) que está às margens do Rio Paraná e tem acesso por uma única rodovia que cruza seu perímetro urbano, a rodovia PR 587; Santa Inês (N) às margens do Rio Paranapanema, cruzada pela rodovia PR 340; Miraselva (N) acesso apenas pela rodovia PR 534; Santo Antônio do Paraíso (NNE) pela PR 218; Uniflor (NW) acesso pela PR 463; Porto Rico (NW) município às margens do Rio Paraná com acesso pelas PRs 576 e 478 que se unem em uma só estrada 5 Km antes de sua cidade; São Pedro do Paraná (NW) acesso pela PR 478; Iracema do Oeste (W) acesso apenas pela PR 239; Paranapoema (N) acesso pela



PR 464; Ivatuba (NW) acesso pela PR 551; Novo Itacolomi no Centro-Norte do Paraná tem acesso pela PR 170; Barra do Jacaré (NNE) acesso pela PR 092; Inajá (N) acesso pela PR 464; e Rancho Alegre do Oeste no Centro - Noroeste do Paraná tem acesso pela PR 472.

Flórida (NW) na região metropolitana de Maringá tem acesso pela PR 458 onde pode optar por duas direções e um terceiro acesso pela PR 461 com opção única de direção. São Antônio do Caiuá (NNW) às margens do Rio Paranapanema, tem acesso no fim de duas PRs, a PR 557 e a PR 556; Ângulo (NW) da região metropolitana de Maringá tem acesso pela PR 218 onde pode se deslocar para Leste ou para Oeste e também tem acesso pela PR 461 no sentido Norte.

Estes são os 29 micro municípios do Paraná e todos têm ligações rodoviárias deficientes, pois estão fora do principal eixo de circulação dos serviços e produtos do Estado que é o “Anel de Integração¹³”. Em agravamento, a maioria deles tem acesso apenas a uma estrada pavimentada o que limita sua articulação com a rede urbana regional.

Apesar do isolamento viário, estando estas cidade desarticuladas da rede urbana regional por ter ligação rodoviária de baixíssima intensidade, há outro fator, também ligado a rede rodoviária que contribuiu para manter em declínio os municípios de suas regiões resultando, ao longo de três décadas (1970 a 1990), na transformação dos promissores municípios em pequenas localidades centrais.

O Anel de Integração do Paraná, conjunto de rodovias que ligam as principais cidades do Estado, permitindo uma maior velocidade de integração e de circulação de produtos e serviços diversos entre as principais cidades do Estado, ao mesmo tempo em que fortaleceu a rede urbana do Paraná, provocou um desvio de foco das cidades médias e pequenas desviando os fluxos de tráfego de suas estradas para esta rede principal de rodovias. Assim, a dinâmica que mantinha estes municípios ativos, com população estável ou em crescimento se dava em virtude do fluxo de caminhões e de viajantes que usufruíam dos serviços de hospedagens, de restaurantes e/ou de atividades de lazer.

Com a priorização das rodovias do Anel de integração, o fluxo de caminhoneiros, de comerciantes, viajantes ou turistas se reduziu, visto que as estradas pedagiadas estão em melhor estado de conservação, a assistência em caso de acidentes ou problemas mecânicos é

¹³ O termo Anel de Integração se refere ao anel viário incentivado desde a década de 1960 e privatizado pelo governo do Estado do Paraná na década de 1990 onde as principais cidades do Estado estão interligadas. Na figura 2 estas cidades são destacadas como centros regionais ou cidades polos, exceto Umuarama no Oeste-Noroeste que não faz parte do Anel de Integração do Paraná.



mais ágil e a distância de deslocamento é relativamente mais curta, pois as rodovias do Anel de Integração estão em uma posição geográfica estrategicamente privilegiada quanto às distâncias e ligações da rede urbana do Estado do Paraná, porém existem as cobranças de pedágios. Estas circunstâncias causaram o afastamento dos fluxos de veículos das rodovias secundárias que, hoje, dão acesso a alguns micro municípios, levando à inviabilidade da manutenção de restaurantes e hotéis ou estabelecimentos do gênero por falta de clientes para consumir seus produtos e serviços. Logo, as últimas atividades econômicas independentes que poderiam revitalizar estas localidades entram em declínio.

No início dos anos de 1960, com a abertura da Rodovia do Café (BR 376), inteiramente asfaltada entre Ponta Grossa (Leste) e Apucarana (Norte), o tráfego mais intenso deixou de lado a Estrada do Cerne (PR 090), que começou a perder importância, juntamente com quase toda a região por ela servida. Além disso, o deslocamento da fronteira agrícola para Oeste do Rio Tibagi provocou esvaziamento econômico e demográfico da área, que permaneceu quase estagnada. Assim, o município de Santo Antônio do Paraíso (NE), devido a modernização agrícola e crise cafeeira, perde de 1970 a 1980 mais de 50% de sua população. Em um processo constante de declínio demográfico, de 1980 a 1991 o município perdeu mais de 25% de seu contingente populacional e tornou-se então um micro município.

Entre os anos de 1991 a 2000 há uma relativa recuperação devido a implantação de algumas de suas dez indústrias de transformação, contudo de 2000 a 2007 já há outro declínio superior a 15% corroborando que, em primeiro instante (até 1980), a modernização agrícola e o fim do ciclo cafeeiro e, em segundo momento (pós 1980) a deficiente ligação rodoviária, a priorização das estradas do Anel de Integração, a proximidade com a metrópole de Londrina (N), a oferta continuamente escassa e desqualificada de serviços públicos e privados essenciais como saúde, lazer ou comércio em geral; estes itens juntos contribuíram à manutenção do declínio demográfico de Santo Antônio do Paraíso mantendo-o como micro município.

Com mesmo diagnóstico estão os micro município de Barra do Jacaré (NE), Porto Rico e São Pedro do Paraná (NW). Estes micro município não tem proximidade com áreas metropolitanas, mas sofrem influência das indústrias sucroalcooleiras...

Um primeiro passo já está sendo dado e resultará em uma involuntária mais parcial reincorporação dos micro município do Paraná à rede urbana regional através de um ato político do governo deste Estado, pois ao buscar criar rotas alternativa para a circulação de

SEURB

II Simpósio de Estudos Urbanos:

A dinâmica das cidades e a produção do espaço

mercadorias e serviços dos mais diversos possíveis, focando utilizar o mínimo possível os trechos do anel de integração e principalmente, desviar os veículos das praças de pedágio, o governo do Paraná propõe reformas e reestruturação de estradas que geograficamente, devido sua proximidade, podem atrair novamente o fluxo de veículos e turistas à maioria dos menores municípios paranaenses. Trata-se do projeto Estradas da Liberdade. Vejamos a figura

3:

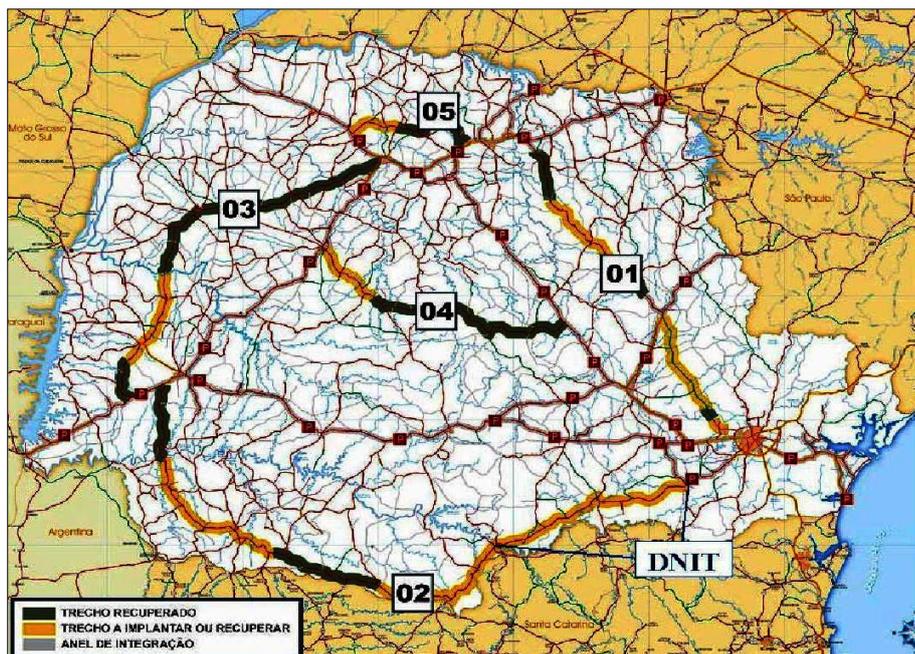


Figura 3:
Estradas da Liberdade

Os números de 01 a 05 corresponde m à ordem de prioridade classificada pelo Estado do Paraná; P: Praças de Pedágio; disponível em <http://goo.gl/5kYwH>

... Para evitar o contínuo êxodo rural e declínio urbano destas pequenas cidades, deve-se também buscar meios civis e governamentais de efetivar a implantação de serviços necessários a estas populações. Em especial a implantação de indústrias, estabelecimentos de prestação de serviços e comércios a fim de empregar e manter a população local sendo capaz inclusive de atrair novos moradores e reviver a economia e a rede urbana dos pequenos municípios paranaenses. Entretanto, não são apenas nem quaisquer iniciativas que podem revitalizar os municípios, pois de acordo com as características ou necessidades particulares de cada localidade, a desertificação da Comunidade das Águas¹⁴ pode se agravar.

5. COMUNIDADE DAS ÁGUAS

¹⁴ O termo “Comunidade das Águas” se refere as dezenas de municípios do Paraná que têm seus limites territoriais delimitados de acordo com a rede hidrográfica regional. Ou seja, os municípios tiveram seus limites planejados para coincidirem com a rede hidrográfica regional, logo os Rios são as fronteiras dos municípios, por isso o termo “Comunidade das Águas”.



Nas últimas três décadas os CAIs (complexos agroindustriais) sucroalcooleiros ganharam muito espaço no Paraná, especialmente na região Noroeste e Norte substituindo de modo definitivo grandes áreas de pastagens do Noroeste (solos arenosos) e de soja, trigo e/ou milho do Norte (solos basálticos em áreas de contato com arenito). Espaço não apenas na representatividade industrial e econômica, mas espaços literalmente ocupados. Nestas áreas o uso canavieiro mantém segregada a população e o campo, pois quanto maior o número de indústrias sucroalcooleiras e quanto maior for a área de cultivo da cana-de-açúcar, menores serão as chances de atrair novos ou antigos moradores para os menores municípios visto que suas economias estão estruturadas no setor agrícola.

“O avanço do setor sucroalcooleiro tem sido constante [...] É preciso, portanto acompanhar esse processo e avaliar as implicações que tem trazido de modo geral para a sociedade brasileira [...] Dentre outras que o desenvolvimento econômico desse setor traz para a pauta acadêmica estão as questões ambientais e as sociais, em especial, quanto ao que pode representar esse processo para a sociedade que vive em pequenas localidades de áreas não-metropolitanas, como o Norte do Paraná. Estas são preocupações que permeiam a realização de uma pesquisa, da qual este texto representa os primeiros registros” (RIBEIRO, V. H; ENDLICH, A. M – 2008).

O que se afirma é que grande parte da área de cana-de-açúcar paranaense está alocada nos territórios dos micro municípios, conforme se observou na figura 1, portanto, os CAIs sucroalcooleiros tem grande participação na manutenção da desertificação e contínuo esvaziamento demográfico destas localidades, primeiro por ocupar o espaço agrário pela monocultura reduzindo a biodiversidade e alterando o geossistema regional¹⁵; segundo por manter afastada do campo e dos espaços urbanos das pequenas cidades do interior a população como um todo. Assim, os CAIs sucroalcooleiros contribuem cada ano mais à desertificação da Comunidade das Águas pela sua expansão agrícola e econômica devido seu modo de produção ser monocultor e intensivo, pois há grande uso de tecnologias para seleção de espécies mais adequadas e mais produtivas, há intenso uso de maquinários para plantio e o uso de maquinários para colheita vem crescendo a cada ano, o que contribui para o desemprego dos trabalhadores rurais, especialmente o de bóias-frias que em maioria não residem nos micro municípios, pois efetuam migração pendular de outras cidades da região e também a migração sazonal de outras regiões do Brasil como o Nordeste.

¹⁵ Usa-se o termo desertificação por referência a deserto que consiste em uma área com pequena ou nenhuma variação de biodiversidade, ou seja, poucas ou nenhuma espécie animal, vegetal ou de qualquer outro reino biológico.



Caso o sistema fosse extensivo como nas pastagens ou culturas permanentes como laranjais, o emprego de trabalhadores rurais seria mantido ou até elevado e, a diversidade biológica seria maior considerando as várias espécies de quadrúpedes que poderiam ser pastoreados e também as diversas espécies vegetais que poderiam ser cultivadas entre as árvores maiores dos laranjais, por exemplo, milho, mandioca, etc.

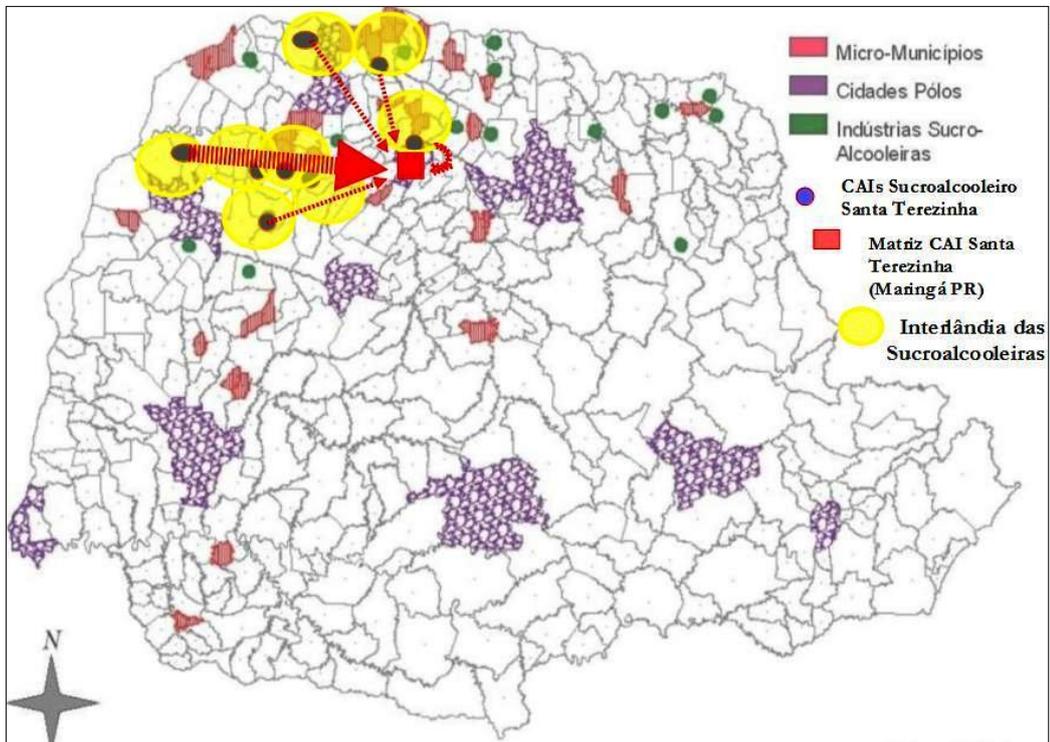
Há ainda a preocupação com a qualidade ambiental que os CAIs sucroalcooleiros podem realmente trazer visto que não é uma atividade totalmente renovável, pois cada hectare de cana-de-açúcar queimado gera mais de três toneladas de fuligem e carbono liberados na atmosfera. Logo, as cidades vizinhas que respiram este ar, sofrem exponencialmente os efeitos destas queimadas sem mesmo poderem se proteger ou se preparar, pois a maioria das queimadas se realizam nos períodos noturnos.

6. A REDE DOS CAIs SUCROALCOOLEIROS NO PARANÁ

Conforme Corrêa (1977) com a exploração da terra e da mais-valia, os lucros devem ser remetidos à sede da corporação, neste caso aos CAIs sucroalcooleiros, seja através de redes bancárias ou via informática.

“a mais-valia concentrada na sede da corporação não apenas permite o reinício do ciclo como também o investimento e aplicação em outros setores, como o financeiro e o imobiliário, e no consumo pessoal daqueles que controlam o processo produtivo” (CORRÊA, 1977, p. 292).

E é este processo que tem caráter ausenteísta, pois é da natureza dos CAIs sucroalcooleiros drenarem os recursos e realizarem investimentos mínimos nas usinas e nos maquinários e todo o restante ser destinado para consumo pessoal ou outras atividades econômicas em outros setores. Desta forma, podemos observar a rede corporativa da usina Santa Terezinha que atua no setor sucroalcooleiro paranaense e, possuindo oito unidades colabora efetivamente para o esvaziamento demográfico e manutenção dos micro municípios paranaenses conforme mostra a figura 4:



7. Considerações Finais

Diante da grande complexidade que são as redes geográficas, em especial as redes urbanas, muitos fatores globais, nacionais ou regionais podem interferir na sustentabilidade econômica e social de um município. Desta forma, o caso dos 29 micro municípios do Paraná que são pequenas localidades centrais com funções exclusivamente abastecedoras de alimentos, utensílios e serviços básicos à população majoritariamente rural, os principais fatores que interferiram na dinâmica econômica e demográfica destes territórios foram:

A crise cafeeira no fim do século XX. As geadas consecutivas no Paraná, especialmente as da década de 1970. A substituição de lavouras impulsionadas pelo financiamento privado e estatal. A modernização agrícola, especialmente a mecanização, que desempregou e provocou a emigração definitiva de milhares de habitantes dos micro municípios, especialmente os localizados no Norte e Noroeste do Paraná. O êxodo rural. O crescimento dos canaviais e o absenteísmo das sucroalcooleiras. E a migração pendular que não permite a recuperação demográfica dos micro municípios e que também age de modo absenteísta, pois economizam o máximo para retornar às suas famílias, geralmente no Nordeste do Brasil.



Por fim, a influência das sucroalcooleiras nas pequenas localidades centrais é de provocar e manter o esvaziamento demográfico pela expansão das monoculturas canavieiras, mecanização dos plantios e colheiras, uso de migração pendular e absenteísmo, ou seja, drenagem de capital dos municípios em sua interlândia industrial.

BIBLIOGRAFIA

- BRASIL; IBGE: “Censo Demográfico 2010”; IBGE, 2011; <http://www.ibge.gov.br/censo2010/>
- BRASIL, Presidência da República: Lei Complementar de nº 1 de 09/11/1967; “http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp01.htm”
- CHRISTALLER, W. “Central Places in Southern Germany”; Englewood cliffs; Prentice-Hall Inc.; 1966 (original de 1933 em alemão).
- CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; “A produção do Espaço Urbano: Agentes e Processos, Escalas e Desafios”; Edusp, São Paulo, 2011.
- CORRÊA, R. L. “Interações Espaciais”; In CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. “Explorações Geográficas”; Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1977
- CORRÊA, R. L. “Trajetórias Geográficas”; 2ª edição; Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.
- ENDLICH, Angela Maria, “Maringá e o Tecer da Rede Urbana Regional”, Tese de Mestrado em Geografia; UNESP, Presidente Prudente, 1998. Disponível em <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciTechnol/article/view/3089/2372>
- MORO, D. A. Substituição de culturas, modernização agrícola e organização do espaço rural no Norte do Paraná. Rio Claro, 1991, 353p. Tese (doutoramento em Geografia) Instituto de Geociências e Ciências exatas, Universidade Estadual Paulista, Câmpus de Rio Claro.
- _____ “A Modernização da Agricultura Paranaense; In: Geografia Social e Agricultura no Paraná; Org. Jorge Guerra Villalobos; PGE UEM, Maringá, 2001
- PADIS, A. C. formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. São Paulo: Hucitec, 1981.
- PIACENTE, Fabrício José; “Agroindústria Canavieira e o Sistema de Gestão Ambiental: O caso das Usinas Localizadas nas bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá”; Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico; Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005 In <http://www.sucre-ethique.org/IMG/pdf/cp000804.pdf>
- RIBEIRO, Victor Hugo; ENDLICH, Angela Maria; “O Setor Sucro-Alcooleiro do Paraná – dos Engenhos às Usinas”; UEM; I Simpósio sobre Pequenas Cidades e Desenvolvimento Local e XVII Semana de Geografia da UEM; Anais; DGE; Agosto 2008.
- SANTOS, M. “Por uma Outra Globalização – Do Pensamento Único à Consciência Universal”; 18ª Ed.; Rio de Janeiro, Record, 2009.
- STALLONE S. R. “A Rede Urbano-Rodo-Ferroviária e os Micro-Municípios do Paraná”; EGAL, Montevidéo, 2009. disponível in <http://virou.gr/otGTK2>



- TROTSKY, León. "La teoría de la revolución permanente (compilación)". Buenos Aires: CEIP León Trotsky, 2000.

